

# Sumário

Nota à 2ª edição .....	xi
Prefácio .....	xiii
Introdução .....	1
<b>Parte I</b> .....	5
1.1. Meio Ambiente: A Construção Histórica de um Problema e sua Recepção pelo Direito.....	5
1.2. O Surgimento Histórico da Problemática Ambiental.....	6
<b>Parte II</b> .....	11
2.1. A Apropriação da Problemática Ambiental Pelo Direito: Formação do Direito Ambiental. Princípios e Ordenamentos de Maneira Geral .....	11
2.2. Princípios Informadores do Direito Ambiental .....	19
2.3. O Meio Ambiente ante o Ordenamento Jurídico .....	22
2.4. A Temática do Meio Ambiente Marinho no Direito Ambiental.....	24
2.5. Evolução Normativa.....	26
2.6. A Participação da Marinha do Brasil na Prevenção e Repressão à Poluição Causada por Embarcações.....	33
2.7. O Exercício do Poder de Polícia da Marinha .....	39
2.8. Aplicabilidade das Normas Ambientais a Navios.....	44
2.9. A Organização Marítima Internacional.....	45
2.10. As Normas Aplicáveis Às Embarcações .....	46
2.11. A Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e seu Regulamento. Aplicabilidade de A Embarcações .....	51
<b>Parte III</b> .....	55
3.1. Danos Ambientais Relacionados à Poluição Marinha: Uma Discussão em Torno das Competências.....	55
3.2. Matéria Constitucional – Conceitos e Definições .....	57
3.3. As Competências Federal, Estadual e Municipal sobre o Meio Ambiente Marinho .....	60
<b>Parte IV</b> .....	71
4.1. Autoridade Marítima: Conceitos e Competências – Um Debate Necessário... ..	71
4.2. Autoridade Militar-Naval e Autoridade Marítima: A Dualidade em Termos de Competência .....	76
<b>Parte V</b> .....	87
5.1. Aspectos Inovadores da Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000 .....	87

5.2. Infrações e Sanções Instituídas pela Lei 9.966 .....	94
5.3. Síntese das Competências à Luz das Leis 9.605 e 9.966.....	96
5.4. A Competência Específica da Marinha.....	99
5.5. O Procedimento Administrativo para Apuração de Infração Ambiental Marinha .....	103
5.6. Conflito de Competências? .....	106
<b>Parte VI</b> .....	111
6.1. Responsabilidade por Dano Ambiental. Pode o Estado Ser Penalizado? ...	111
6.2. A Responsabilidade do Estado. A Questão dos Navios Militares .....	118
<b>Parte VII</b> .....	127
7.1. Áreas de Refúgio: Solução Necessária ou Problema Ambiental? .....	127
7.2. A Assistência e o Salvamento de Embarcação.....	132
7.3. O Caso Vicuña – Acidente de Graves Consequências .....	135
7.4. Excludentes de Ilícitude em Matéria de Poluição Causada por Embarca- ções: Uma Tese Aceitável?.....	140
7.5. Água de Lastro: Fato Novo ou Nova a Preocupação com a Bioinvasão? ....	144
7.6. Ainda a Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em caso de Poluição por Óleo (ORPC).....	148
7.7. Poluição Ambiental Marinha: Responsabilidade de Todos os Atores deste Cenário.....	148
7.8. A Propósito da Amazônia Azul.....	151
7.9. Conclusões .....	184
<b>Anexo I – Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999</b> .....	193
<b>Anexo II – Lei nº 97, de 31 de agosto de 1981</b> .....	201
<b>Anexo III – Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998</b> .....	227
<b>Anexo IV – Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000</b> .....	245
<b>Anexo V – Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997</b> .....	257
<b>Anexo VI – Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008</b> .....	267
<b>Anexo VII – Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002</b> .....	303
<b>Anexo VIII – Organograma da Estrutura da Autoridade Marítima</b> .....	321
<b>Anexo IX – Organizações do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário</b> .....	323
<b>Bibliografia</b> .....	327